

RELATORIO ANUAL **DO FUNDO SOCIAL**

ANO BASE 2025
(PRELIMINAR)

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO SOCIAL - CDFS

SECRETARIA EXECUTIVA DO CDFS

BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2026

RELATÓRIO ANUAL DO FUNDO SOCIAL (ano base 2025)

Sumário:

<u>1) Apresentação.....</u>	<u>2</u>
<u>2) Contextualização.....</u>	<u>3</u>
<u>3) Execução orçamentária e financeira consolidada – 2012 a 2025.....</u>	<u>5</u>
<u>4) Execução orçamentária e financeira do Fundo Social 2025 - todos os órgãos....</u>	<u>11</u>
<u>5) Execução da unidade orçamentária Fundo Social - PR (71903) em 2025.....</u>	<u>12</u>
<u>6) Considerações Finais.....</u>	<u>15</u>
<u>7) Anexos.....</u>	<u>17</u>

1) APRESENTAÇÃO

Criado em 2010, o Fundo Social tem como finalidade transformar parte da riqueza gerada pela exploração do petróleo em fonte permanente de recursos para o desenvolvimento social e regional do Brasil. Trata-se de um instrumento estratégico para converter uma receita finita em investimentos estruturantes, capazes de fortalecer as bases de um crescimento sustentável, inclusivo e de longo prazo.

Apesar de sua relevância, até 2024 parcela significativa dos recursos arrecadados pelo Fundo não vinha sendo efetivamente direcionada às finalidades previstas na Lei nº 12.351/2010. Para superar esse desafio e conferir maior efetividade à política pública, em 2025 foram promovidos importantes aperfeiçoamentos normativos e orçamentários.

Assim, o Governo Federal propôs o direcionamento de recursos do Fundo Social para o enfrentamento do déficit habitacional. Ao ampliar o acesso à moradia digna, essa destinação também contribuiu para sustentar o nível de atividade econômica, com geração de emprego, renda e dinamização da cadeia produtiva da construção civil.

As mudanças implementadas em 2025 também fortaleceram a governança do Fundo, permitindo o pleno funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Social — CDFS, com novas regras de transparência, acompanhamento e prestação de contas, incluindo a obrigatoriedade de publicação deste relatório anual de execução.

Com isso, o Fundo Social passou a cumprir de forma mais efetiva sua missão de financiar o desenvolvimento do país. Seus recursos viabilizaram *funding* adicional para o Programa Minha Casa, Minha Vida, inclusive permitindo a criação do Reforma Casa Brasil, e contribuíram para a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul, estado severamente atingido pela tragédia climática de 2024, por meio de linhas de financiamento destinadas a pessoas e empresas.

Por fim, registro a importância da parceria com o Congresso Nacional, fundamental para a aprovação das mudanças nas regras do Fundo e para a destinação dos recursos nas leis orçamentárias anuais. Essa colaboração institucional foi decisiva para transformar o Fundo Social em um instrumento mais transparente, efetivo e conectado às necessidades da população brasileira.

Boa leitura!

Conselho Deliberativo do Fundo Social

2) CONTEXTUALIZAÇÃO

Este relatório tem o objetivo de ampliar a transparência do Fundo Social (FS) e prestar contas sobre todas as fontes a ele vinculadas, demonstrando a execução orçamentária e financeira anual, em cumprimento ao art. 58, inciso II, da Lei nº 12.351/2010.

Para a sua elaboração, foram utilizadas informações orçamentárias e financeiras fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional/MF e pela Secretaria de Orçamento Federal/MPO. Também foram utilizadas informações constantes do Relatório Circunstanciado do Fundo Social 2025, elaborado pela Caixa Econômica Federal, e consultas ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Além da Apresentação e desta Contextualização, o relatório está organizado em outros 4 capítulos e anexos. Como esse é o primeiro relatório anual, o capítulo 3 apresenta a execução orçamentária e financeira desde a criação do FS. Os capítulos 4 e 5 demonstram a execução orçamentária e financeira no exercício de 2025, sendo que o 4 apresenta todas as fontes do Fundo enquanto que o 5 detalha a execução da Unidade Orçamentária do FS, incluindo um resumo do Relatório Circunstanciado do Fundo Social enviado pela Caixa Econômica Federal sobre a execução dos recursos para habitação. O capítulo 6 traz considerações finais e, por fim, apresentamos anexos com detalhes sobre a evolução da receita, da despesa e do superávit financeiro do FS, bem como o Relatório Circunstanciado do Fundo Social em 2025.

A Lei nº 12.351/2010 criou o Fundo Social com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos em áreas definidas para combater a pobreza e promover o desenvolvimento. O objetivo era converter a renda da exploração de óleo e gás em alicerces para o crescimento sustentável do país.

Para tanto, a lei definiu os recursos que comporiam o Fundo, da seguinte forma: i) parcela do valor do bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção; ii) parcela dos royalties dos contratos de partilha de produção que couber à União; iii) a receita advinda da comercialização do petróleo e de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União; iv) os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e v) outros recursos destinados ao FS por lei.

As áreas elegíveis para receber recursos do Fundo foram: educação; cultura; esporte; saúde pública; ciência e tecnologia; meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Posteriormente, em 2013, a Lei nº 12.858 definiu que 50% dos recursos recebidos pelo FS deveriam ser destinados à educação, até que as metas do Plano Nacional de Educação sejam cumpridas (art. 2º, III).

Nesse contexto, há registro de execução do Fundo Social a partir de 2014, sendo que, até 2021, apenas os recursos do Fundo destinados à educação tinham sido utilizados.

A Emenda Constitucional nº 109, de 2021, autorizou que o superávit financeiro de boa parte dos fundos públicos do Poder Executivo fosse destinado à amortização da dívida até 2022 (art. 5º, I, da EC 109/2021). Por isso, R\$ 64,3 bilhões do superávit financeiro do FS foram utilizados para amortização da dívida pública, reduzindo as disponibilidades (ver Anexo III). Cumpre lembrar que um dos objetivos iniciais da PEC 188/2019, conhecida como PEC do Pacto federativo e parcialmente convertida na EC 109/2021, era extinguir, entre outros, o fundo social (art. 8º, XII da PEC 188/2019).

Portanto, desde a criação até 2023, os requisitos legais para o funcionamento do FS não foram regulamentados. Nesse período, o orçamento oriundo de fontes do FS viabilizou essencialmente despesas com educação, por força da Lei nº 12.858/2013, contribuindo para o atingimento do objetivo de oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional.

Após cerca de 15 anos da criação do Fundo Social, o cenário econômico e institucional era outro. A evolução nas regras fiscais, o ingresso de recursos oriundos da produção do petróleo, com previsão de crescimento substantivo do excedente em óleo da União até 2030, e a destinação de tais recursos exigiram aprimoramento das regras.

A primeira solução que viabilizou o uso de recursos do FS a partir de 2024 veio com a edição da Medida Provisória nº 1226/2024. Diante da tragédia climática que provocou a calamidade no Rio Grande do Sul, foi autorizada a utilização do superávit financeiro do Fundo para criar linhas de financiamento para apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento às consequências sociais e econômicas de calamidades públicas.

A medida, ratificada por meio da Lei nº 14.891/2024, agilizou a liberação de recursos e apoiou a retomada do desenvolvimento no RS. Ao todo, foram transferidos para o BNDES R\$ 20,0 bilhões de reais para apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul, conforme Anexo VI.

Para transformar efetivamente o Fundo Social em instrumento de realização da sua finalidade, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.291/2025, posteriormente convertida na Lei nº 15.164/2025. Além de ampliar as áreas em que os recursos podem ser utilizados, inclusive a destinação do equivalente a 5% do

valor do Fundo no exercício para despesas temporárias com saúde e educação, as mudanças permitiram o funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS) com a instituição de novas regras de governança e transparência, inclusive a obrigatoriedade de publicação deste relatório.

As inovações potencializaram o uso do Fundo Social para ampliação do estoque de capital da economia, contribuindo para a estabilização da atividade econômica, aumento da capacidade produtiva e redução do déficit habitacional.

O Decreto nº 12.424/2025 regulamentou o CDFS respondendo ao novo arranjo institucional que atribuiu competência ao Conselho para administrá-lo. Para conferir efetividade à governança, o Decreto estabeleceu suas competências, em especial: i) aprovar e publicar o plano anual de aplicação de recursos, que deverá observar as regras fiscais; e ii) publicar o relatório anual do Fundo, que deverá conter informações sobre todas as fontes vinculadas a ele, bem como a execução orçamentária e financeira.

Para absorver o Plano Anual de Aplicação de Recursos do Fundo Social no processo orçamentário, o CDFS deverá elaborá-lo e encaminhá-lo ao Ministério do Planejamento e Orçamento até 31 de maio de cada ano. Assim, garantimos a integração do Plano ao processo de elaboração do PLOA, com a observância das regras fiscais.

Além do Relatório Anual do Fundo Social, que deverá ser elaborado e publicado pelo CDFS, a execução e a prestação de contas das despesas custeadas pelas fontes do Fundo Social continuam sendo responsabilidade dos respectivos órgãos executores. Os recursos implementados por meio de instituições financeiras federais, como aqueles implementados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, são objeto de relatório circunstanciado específico elaborado pela CAIXA (Anexo VII).

3) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSOLIDADA 2012-2025

As primeiras receitas realizadas para o FS datam de 2012. Entre 2012 e 2025, as receitas somaram R\$ 280,9 bilhões, apresentando forte crescimento ao longo do tempo. O detalhamento anual das receitas realizadas para o FS, por natureza de receita e fonte, consta do Anexo I.

Tabela 1 – Receitas Realizadas do Fundo Social – 2012 a 2025 (valores nominais)

Ano	Receita Realizada – FS (R\$ milhões)
2012	435,8
2013	993,5
2014	3.315,9
2015	4.620,8
2016	4.440,9
2017	9.612,1
2018	18.584,7
2019	21.100,3
2020	17.952,9
2021	25.638,8
2022	39.054,2
2023	39.889,7
2024	45.882,4
2025	49.349,1
Total 2012 a 2025	280.871,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda - MF.

A Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) publica anualmente o Relato Integrado com panorama sobre o desempenho, estratégias e resultados alcançados, incluindo as projeções de receitas para os próximos anos. O documento relativo ao exercício de 2025, disponível em https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2026/05/Relato-Integrado-2025_FINAL.pdf, estima que a produção de petróleo da União alcançará seu pico em 2033, podendo chegar a 506 mil barris por dia. A parcela diária de gás natural da União produzida em partilha deve saltar dos 480 mil m³/dia registrados em setembro de 2025 para 2,1 milhão m³/dia em 2028, atingindo o pico em 2034, com 3,8 milhões m³/dia. Esse cenário indica receitas crescentes para o Fundo Social nos próximos anos.

Quanto às despesas, a execução orçamentária e financeira do FS teve início em 2014, embora já houvesse dotação orçamentária para a Presidência da República desde 2012, mas sem execução. Entre 2012 e 2025, foram previstos no orçamento um total de R\$ 357,5 bilhões no FS, considerando todos os órgãos contemplados com recursos: Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde e Presidência da República (PR) / Ministério das Cidades. Desse montante, foram empenhados R\$ 236,6 bilhões e efetivamente executados R\$ 219,1 bilhões (pagamentos do exercício mais os referentes a restos a pagar), conforme pode ser observado na Tabela 2 e em outras constantes deste Relatório.

**Tabela 2 - Execução orçamentária e financeira anual do Fundo Social
(2012-2025) - (valores nominais)**

R\$ bilhão

ANO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
2012	0,5	-	-	-	-
2013	1,4	-	-	-	-
2014	9,9	1,5	1,0	-	1,0
2015	13,6	1,9	1,8	0,1	1,9
2016	8,9	2,6	2,4	0,2	2,7
2017	7,6	2,8	2,1	0,2	2,3
2018	12,7	5,9	4,6	0,6	5,2
2019	21,3	9,9	8,0	1,1	9,1
2020	19,0	8,0	5,3	1,5	6,8
2021	66,3	57,5	56,8	2,5	59,4
2022	47,5	32,2	29,1	0,6	29,7
2023	35,1	17,5	14,5	3,6	18,0
2024	57,6	40,6	36,8	3,1	40,0
2025	56,1	56,1	39,1	3,8	43,0
TOTAL	357,5	236,6	201,6	17,4	219,1

Fonte: STN/MF; SOF/MPO; e SIOP.

**Tabela 3 - Execução orçamentária e financeira do Fundo Social
acumulado 2012-2025 por órgão (valores nominais)**

R\$ bilhão

ÓRGÃO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
PR/MCID*	137,5	25,7	11,7	-	11,7
MF	84,3	84,3	84,3	-	84,3
MEC	133,5	124,5	103,5	17,4	120,9
MS	2,2	2,2	2,2	-	2,2
TOTAL	357,5	236,6	201,6	17,4	219,1

Fonte: STN/MF; SOF/MPO e SIOP.

* O Ministério das Cidades (MCID) recebeu R\$ 25,7 bilhões da PR em 2025 para execução dos Programas Minha Casa, Minha Vida e Reforma Casa Brasil.

Quanto à execução orçamentária:

i) R\$ 124,5 bilhões foram empenhados pelo MEC;

ii) R\$ 84,3 bilhões pelo Ministério da Fazenda, sendo R\$ 64,3 bilhões para o pagamento da dívida pública federal em 2021 e 2022 e R\$ 20 bilhões para financiamento de operações para apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento de consequências sociais e econômicas de calamidades públicas no Rio Grande do Sul;

iii) R\$ 25,7 bilhões pela Presidência da República / Ministério das Cidades para os Programas Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e Reforma Casa Brasil (RCB), sendo que até 2024 não houve execução orçamentária pela Presidência da República; e

iv) R\$ 2,2 bilhões para o Ministério da Saúde para o Piso de Atenção Primária à Saúde.

No que se refere à execução financeira (valor pago do exercício mais o valor pago dos restos a pagar), R\$ 120,9 bilhões foram pagos pelo MEC; R\$ 84,3 bilhões pelo Ministério da Fazenda; R\$ 11,7 bilhões pela Presidência da República / Ministério das Cidades, para o MCMV e RCB; além dos R\$ 2,2 bilhões pelo Ministério da Saúde. As tabelas a seguir detalham os valores anuais por órgão.

Tabela 4 - Execução orçamentária e financeira do MEC - Fundo Social - (valores nominais)

R\$ bilhão

ANO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
2014	3,2	1,5	1,0	-	1,0
2015	6,6	1,9	1,8	0,1	1,9
2016	4,2	2,6	2,4	0,2	2,7
2017	2,9	2,8	2,1	0,2	2,3
2018	6,1	5,9	4,6	0,6	5,2
2019	10,0	9,9	8,0	1,1	9,1
2020	8,7	8,0	5,3	1,5	6,8
2021	8,3	8,2	7,5	2,5	10,1
2022	17,2	17,2	14,1	0,6	14,7
2023	17,5	17,5	14,5	3,6	18,0
2024	20,6	20,6	16,8	3,1	20,0
2025	28,2	28,2	25,2	3,8	29,1
TOTAL	133,5	124,5	103,5	17,4	120,9

Fonte: STN/MF.

Tabela 5 - Execução orçamentária e financeira do Ministério da Fazenda - Fundo Social (valores nominais)

R\$ bilhão

ANO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
2021	49,3	49,3	49,3	0,0	49,3
2022	15,0	15,0	15,0	0,0	15,0
2024	20,0	20,0	20,0	0,0	20,0
TOTAL	84,3	84,3	84,3	-	84,3

Fonte: STN/MF.

Tabela 6 - Execução orçamentária e financeira da Presidência da República / Ministério das Cidades (MCID apenas em 2025) (valores nominais)

R\$ bilhão

ANO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
2012	0,5	-	-	-	-
2013	1,4	-	-	-	-
2014	6,7	-	-	-	-
2015	7,0	-	-	-	-
2016	4,7	-	-	-	-
2017	4,7	-	-	-	-
2018	6,6	-	-	-	-
2019	11,3	-	-	-	-
2020	10,3	-	-	-	-
2021	8,7	-	-	-	-
2022	15,3	-	-	-	-
2023	17,6	0,0	0,0	0,0	0,0
2024	17,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2025	25,7	25,7	11,7	0,0	11,7
TOTAL	137,5	25,7	11,7	-	11,7

Fonte: STN/MF e SIOP.

Tabela 7 - Execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde

(valores nominais)

R\$ bilhão

ANO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
2025	2,2	2,2	2,2	-	2,2
TOTAL	2,2	2,2	2,2	-	2,2

Fonte: SOF/MPO.

Portanto, desde a criação do FS, as despesas executadas estão alinhadas com as áreas passíveis de financiamento pelo Fundo e previstas nos art. 47 e 47-A da Lei nº 12.351/2010. A exceção se refere às despesas com amortização da dívida pública, autorizadas pela EC 109/2021.

4) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FUNDO SOCIAL DE 2025 - TODOS OS ÓRGÃOS

Com a criação do CDFS em 2025, teve início a execução do Fundo por meio da Unidade Orçamentária (UO) 71903 – Fundo Social, vinculada à Presidência da República, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CDFS.

Ano passado, os recursos da UO 71903 – Fundo Social foram alocados na ação orçamentária 00XF - Financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Na referida ação foram alocados R\$ 25,7 bilhões, dos quais R\$ 14,8 bilhões foram empenhados para aplicação em operações de financiamento da Faixa 3 do MCMV e R\$ 10,6 bilhões foram empenhados para aplicação em operações de financiamento do Reforma Casa Brasil (RCB). Outros R\$ 178 milhões foram empenhados para viabilizar a implementação (Caixa Econômica Federal). Do valor empenhado, foram pagos R\$ 9,7 bilhões para as operações de financiamento do MCMV e R\$ 2,0 bilhões para o financiamento do RCB (ver Relatório Circunstanciado do Fundo Social 2025, da Caixa, Anexo VII).

Para o Ministério da Educação, foram autorizados R\$ 28,2 bilhões, valor praticamente todo empenhado. Foram pagos R\$ 29,1 bilhões, incluindo pagamentos de restos a pagar dos anos anteriores (R\$ 25,2 bilhões referentes ao exercício de 2025 e R\$ 3,8 bilhões relativos a restos a pagar).

Além disso, o Ministério da Saúde teve dotação de R\$ 2,2 bilhões, tendo empenhado e pago a totalidade dos recursos.

Tabela 8 - Execução orçamentária e financeira Fundo Social - 2025

(valores nominais)

RS bilhão

ÓRGÃO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO + RAP)
PR/MCID	25,7	25,7	11,7	-	11,7
MEC	28,2	28,2	25,2	3,8	29,1
MS	2,2	2,2	2,2	-	2,2
Total	56,1	56,1	39,1	3,8	43,0

Fonte: STN/MF e SOF/MPO.

5) EXECUÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNDO SOCIAL - PR (71903) EM 2025

A Resolução CDFS/CCPR nº 2/2025 autorizou a descentralização dos primeiros recursos do Fundo Social para o Ministério das Cidades, para financiar operações de crédito reembolsável no MCMV.

Após o repasse dos recursos ao Ministério das Cidades (MCID), sua execução foi viabilizada através da Caixa Econômica Federal, tanto no caso do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV, quanto na linha de crédito de melhoria habitacional Reforma Casa Brasil (RCB), que também foi estabelecida no âmbito daquele programa, em consonância com a Lei 14.620/2023.

Em cumprimento à Lei nº 12.351/2010 (art. 58, §1º-A), foi celebrado contrato entre o MCID e a Caixa para a implementação dessas políticas, de modo que a instituição financeira atuasse como Gestora Operacional dos Recursos, viabilizando a execução orçamentária e financeira, bem como o registro contábil desses valores na operação das modalidades. A Caixa também atua na aplicação dos recursos do FS nas operações de crédito aos mutuários, no papel de Agente Financeiro.

Os financiamentos das operações do MCMV com recursos do FS, em 2025, observaram o limite de valor de venda ou investimento de até R\$ 350 mil para unidades novas e usadas, bem como o teto da renda bruta familiar mensal de R\$ 8.600,00 em 2025 (Faixa 3 do MCMV).

Em 2025, a taxa de juros nominal final dos financiamentos com recursos do Fundo Social na Faixa 3 do PMCMV foi de 8,13%, composta por uma taxa nominal de 4,88% ao ano, referente à remuneração do Fundo Social, acrescida de até 3,28% ao ano, a título de remuneração do Agente Financeiro, com exceção dos financiamentos destinados a titulares de conta vinculada, com no mínimo três anos de trabalho sob regime do FGTS, em que a taxa nominal é reduzida em 0,5%.

Os contratos de financiamento previram ainda atualização mensal pela Taxa Referencial - TR, definida com base na Resolução nº 4.624, de 18 de janeiro de 2018, do Banco Central do Brasil - BACEN.

O prazo máximo de amortização dos contratos realizados no exercício foi de 420 meses (35 anos).

Dessa forma, garantiu-se isonomia das condições financeiras para a população assistida pelo MCMV com os recursos do Fundo Social, com àquelas vigentes no programa, com recursos do FGTS.

Por seu turno, também em 2025, a linha de financiamento RCB foi destinada a famílias com renda mensal enquadradas nas Faixas I e II desse programa para

financiar melhorias habitacionais em unidades existentes, visando adequação sanitária, estrutural e de habitabilidade. Os valores limites de renda bruta familiar admitido pela linha de financiamento RCB para atendimento às famílias da Faixa Reforma 1 foi de até R\$ 3.200,00 e para atendimento às famílias da Faixa Reforma 2 foi de R\$ 3.200,01 até R\$ 9.600,00.

A operação de financiamento observa o limite mínimo de R\$ 5.000,00 e máximo de R\$ 30.000,00, conforme estabelecido na Portaria MCID nº 1.177/2025. A taxa de juros nominal final ao mutuário foi de 1,17% ao mês para a Faixa Reforma 1, e de 1,95% ao mês para Faixa Reforma 2. Estão incluídas nessas taxas nominais finais do mutuário encargos financeiros de 0,17% ao mês, a título de remuneração ao Fundo Social.

O prazo máximo de amortização dos contratos realizados no exercício foi de 60 meses (5 anos) e não há atualização monetária do saldo devedor.

O orçamento de 2025 do Fundo Social para financiamento de operações de crédito reembolsável, no âmbito do MCMV e RCB, foi de R\$ 25,7 bilhões, dos quais R\$ 14,8 bilhões foram empenhados para aplicação em operações de financiamento da Faixa 3 do MCMV e R\$ 10,6 bilhões foram empenhados para aplicação em operações de financiamento da RCB (ver tabela 9).

Ainda foram empenhados R\$ 158,4 milhões para a remuneração do Gestor Operacional do MCMV e R\$ 20,0 milhões para a remuneração do Gestor Operacional da Reforma Casa Brasil. A tabela 9, a seguir, detalha esses valores.

Tabela 9 – Execução orçamentária do FS – MCMV – Faixa 3 e RCB – 2025

Execução Orçamentária 2025 - UG 560029	PMCMV - Faixa 3	Reforma Casa Brasil	Total
Orçamento 2025 - Ação 00XF	15.000.000.000,00	10.668.624.383,00	25.668.624.383,00
Empenho - Operações reembolsáveis	14.841.559.996,00	10.648.624.383,00	25.490.184.379,00
Execução - Operações reembolsáveis	9.650.000.000,00	2.000.000.000,00	11.650.000.000,00
Empenho - Remuneração do Gestor Operacional	158.440.004,00	20.000.000,00	178.440.004,00
Execução - Remuneração do Gestor Operacional	7.821.719,17	0,00	7.821.719,17
Execução Orçamentária - Total	9.657.821.719,17	2.000.000.000,00	11.657.821.719,17

Fonte: Caixa.

Dessa forma, ao longo de 2025 foram pagos R\$ 11,7 bilhões do orçamento previsto para o exercício, sendo o saldo remanescente, no valor de R\$ 14,0 bilhões, inscritos em Restos a Pagar. Dos valores pagos, R\$ 9,7 bilhões foram destinados ao MCMV e R\$ 2,0 bilhões à linha de crédito RCB.

Cabe ressaltar que dos R\$ 9,7 bilhões desembolsados para o MCMV, foram executados R\$ 8,8 bilhões, equivalentes a 91% do valor. Por sua vez, dos R\$ 2,0

bilhões desembolsados para o RCB, foram executados R\$ 587,8 milhões, equivalentes a 29% do valor, conforme demonstra a tabela 10, a seguir.

Tabela 10 – Execução Financeira do Agente Financeiro (Caixa) – 2025

MODALIDADE	DESEMBOLSADO - 2025	EXECUTADO AF - 2025	REALOCADO PARA 2026
REFORMA CASA BRASIL	2.000.000.000,00	587.778.413,74	1.412.221.586,26
PMCMV - FAIXA 3	9.650.000.000,00	8.820.678.031,31	829.321.968,69
TOTAL EXECUTADO 2025	11.650.000.000,00	9.408.456.445,05	2.241.543.554,95

Fonte: Caixa.

O valor executado pelo Agente Financeiro em 2025 originou a contratação de 44 mil operações de financiamento para aquisição de imóveis novos ou usados no MCMV – Faixa 3 e de 36,5 mil nas operações de financiamento para melhoria habitacional no âmbito da linha de crédito RCB, conforme se pode observar na próxima tabela.

Tabela 11 - Execução Financeira do Agente Financeiro (Caixa) – 2025

MODALIDADE	VALOR EXECUTADO	NÚMERO DE FINANCIAMENTOS
REFORMA CASA BRASIL - FAIXA I	422.556.273,35	28.291
REFORMA CASA BRASIL - FAIXA II	165.222.140,39	8.228
PMCMV - FAIXA 3	8.820.678.031,31	44.000
TOTAL DE FINANCIAMENTOS - FS	9.408.456.445,05	80.519

Fonte: Caixa.

A execução operacional, registrada em 2025, com a contratação de 44 mil financiamentos habitacionais do MCMV – Faixa 3, evidencia o alcance da política e seu potencial indutor de emprego, renda e desenvolvimento econômico local. O setor da construção atingiu o maior número de empregos com carteira assinada na série histórica do CAGED, ultrapassando o patamar de 3 milhões de empregos formais, sendo o MCMV o principal indutor desse movimento. O rendimento real médio na construção, por sua vez, registrou elevação de 6% em 2025. A grande capilaridade do programa contribuiu para que a receita da exploração do óleo e gás contribuísse com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Quanto à linha de financiamento RCB, conforme exposto, os recursos do FS destinam-se à melhoria de unidades habitacionais existentes, com foco na adequação sanitária, estrutural, de segurança, salubridade e acessibilidade. As 36,5 mil operações de financiamento realizadas em 2025 demonstram a capilaridade da política e seu impacto direto na melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, especialmente aquelas em situação de inadequação habitacional, além de gerar efeitos positivos sobre a economia local, por meio da contratação de mão de obra e aquisição de materiais de construção.

Os resultados esperados dessas aplicações incluem, entre outros: a ampliação do número de famílias beneficiadas com acesso ao crédito habitacional; o aumento do número de moradias adequadas; a redução de riscos sanitários e estruturais dos imóveis; e o fortalecimento da política habitacional como instrumento de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a aplicação dos recursos do FS no âmbito do MCMV – Faixa 3 e da linha de crédito RCB produz alto impacto social, ao ampliar o acesso ao crédito habitacional e promover a melhoria das condições de moradia da população atendida, em consonância com os objetivos legais e programáticos do FS, contribuindo de forma relevante para que o MCMV elevasse seu alcance, tanto ao ampliar o acesso dos brasileiros à casa própria, quanto ao viabilizar as condições financeiras para melhorar a qualidade das moradias já existentes, permitindo a realização de reformas e ampliações.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado neste Relatório, as receitas vinculadas ao FS começaram a ser arrecadadas em 2012. Foram arrecadados R\$ 280,7 bilhões entre 2012 e 2025. Por sua vez, a execução orçamentária e financeira do FS teve início em 2014. Entre 2014 e 2025, foram efetivamente executados R\$ 219,1 bilhões.

Esses recursos foram direcionados à educação; à amortização da dívida; às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento de consequências sociais e econômicas de calamidades públicas no Rio Grande do Sul; à saúde; e ao acesso à moradia e à melhoria habitacional.

Em 2025, teve início a execução dos recursos por meio da unidade orçamentária do Fundo Social, a “UO 71903 – Fundo Social”, vinculada à Presidência da República. Conforme deliberação do CDFS, os recursos dessa UO em 2025 foram repassados ao MCID, para aplicação em operações de financiamento da Faixa 3 do MCMV e do RCB.

Como impacto social para a população, destacamos que 44 mil famílias enquadradas na Faixa 3 do MCMV já conseguiram financiar suas casas, enquanto outras 36,5 mil famílias obtiveram financiamento para reformar suas casas mediante o RCB.

Nesse sentido, os aportes de recursos do FS na área de habitação de interesse social ocorrem em um momento crucial, reforçando um programa habitacional que provê moradia digna em elevada escala aos brasileiros. O orçamento do FS diminuiu o impacto da contenção do crédito habitacional para os segmentos sociais de

menor renda no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, afastando riscos de eventual descontinuidade das políticas diante da redução do *funding* proporcionado pela poupança.

Em suma, em 2025, além de financiar a educação e saúde, o FS impulsionou o desenvolvimento socioeconômico brasileiro ao proporcionar acesso à moradia e melhoria habitacional para dezenas de milhares de famílias, proporcionando condições dignas de vida para os beneficiários dessas políticas, ao mesmo tempo que favoreceu a geração de emprego e renda.

ANEXOS

ANEXO I – RECEITA REALIZADA – FUNDO SOCIAL (FS)

Receita Realizada – FS 2012

Fonte Recursos Detalhada	Nome Fonte Recursos Detalhada	Valor
0145719030	FUNDO SOCIAL/PR	435.830.283,25
Total		435.830.283,25

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2013

Fonte Recursos Detalhada	Nome Fonte Recursos Detalhada	Valor
0142980000	FUNDO SOCIAL(CAPITALIZACAO)	93.109.553,20
0142719030	FUNDO SOCIAL/PR	47.557.358,31
0145719030	FUNDO SOCIAL/PR	759.755.591,32
0108000000	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	93.109.553,20
Total		993.532.056,03

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2014

Fonte Recursos Detalhada	Nome Fonte Recursos Detalhada	Valor
0108000000	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.483.104.869,59
0142980000	FUNDO SOCIAL(CAPITALIZACAO)	1.483.104.869,59
0280719030	RECURSO FINANC.DIRET.ARRECADADAS/FUNDO SOCIAL	349.703.484,70
Total		3.315.913.223,88

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2015

Fonte Recursos Detalhada	Nome Fonte Recursos Detalhada	Valor
0108000000	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	2.043.766.661,08
0142980000	FUNDO SOCIAL(CAPITALIZACAO)	2.043.766.661,08
0280719030	RECURSO FINANC.DIRET.ARRECADADAS/FUNDO SOCIAL	533.230.162,92
Total		4.620.763.485,08

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2016

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	243.331.021,58
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	59.556.473,59
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	485.171.211,67
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.007.432.281,65
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	115,92
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	243.331.021,58
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	59.556.473,59
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	485.171.211,67
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.007.432.281,65
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	115,92
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	849.900.043,34
Total			4.440.882.252,16

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2017

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	376.864.293,55
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	54.206.624,65
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	752.089.139,07
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	3.078.744.035,63
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	338.479,38
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	376.864.293,55
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	54.206.624,65
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	752.089.139,07
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	3.078.744.035,63
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	338.479,38
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	1.087.594.084,12
Total			9.612.079.228,68

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2018

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	627.184.567,19
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	72.606.170,91
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.211.049.044,31
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	6.014.149.690,68
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	627.184.567,19
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	72.606.170,91
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.211.049.044,31
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.014.149.690,68
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	566.785.739,41
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	28.852,32
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	86 - REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	566.785.739,46
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	1.601.100.387,81
Total			18.584.679.665,18

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2019

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	590.299.550,19
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	62.741.902,16
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.221.918.368,35
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	7.053.886.907,53
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	590.299.550,19
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	62.741.902,16
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.221.918.368,35
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	7.053.886.907,53
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	399.836.501,48
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	584.658,20
19220611	REST.DESPESAS EXERC.ANT.FIN.FTE.PRIM.-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	19.147.785,10
19220612	REST.DESPESAS EXERC.ANT.FIN.FTE.PRIM.-MUL.JUR	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	12.187,12
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	86 - REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	399.836.501,62
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	2.423.206.924,37
Total			21.100.318.014,35

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2020

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	517.774.829,00
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	52.620.193,75
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.034.418.733,76
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	5.627.321.602,99
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	164,59
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	517.774.829,00
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	52.620.193,75
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.034.418.733,76
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	5.627.321.602,99
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	164,59
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	345.264.793,21
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	80.184,47
19220611	REST.DESPESAS EXERC.ANT.FIN.FTE.PRIM.-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	4.296.874,37
19220612	REST.DESPESAS EXERC.ANT.FIN.FTE.PRIM.-MUL.JUR	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	14.308,99
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	86 - REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	345.264.793,30
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	2.793.673.706,07
Total			17.952.865.708,59

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2021

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	847.247.603,50
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	97.994.111,21
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.692.379.640,54
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	8.858.637.094,05
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	847.247.603,50
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	97.994.111,21
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.692.379.640,54
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	8.858.637.094,05
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	576.392.313,92
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	294.480,00
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	16.061,03
19220632	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-MUL.JUR.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	352,13
15000011	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	86 - REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	576.392.314,01
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	1.493.147.784,08
Total			25.638.760.203,77

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2022

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.038.651.817,21
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	118.308.518,24
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	2.074.790.089,11
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	42 - COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	13.184.055.490,65
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.038.651.817,21
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	118.308.518,24
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	2.074.790.089,11
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	13.184.055.490,65
15110101	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	2.297.128.917,39
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	89.933,52
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	08 - FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	682.026,28
15110101	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	86 - REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	2.297.128.917,61
13210101	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	80 - RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	1.627.526.555,65
Total			39.054.168.180,87

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2023

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13210101	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	050 - RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	2.769.686.163,29
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	831.351.508,65
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	831.351.508,65
13410241	ROYAL.PETRO.PLAT.-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	666.615.264,41
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	78.907.239,79
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	78.907.239,79
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	1.658.185.500,71
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	1.658.185.500,71
13410341	ROY.EXC.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	1.333.230.528,66
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	9.461.900.739,58
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	9.461.900.739,58
13410441	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	425.612.585,11
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	4.618.710.802,86
15110101	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	595.275.954,06
15110101	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	595.275.954,11
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	2.411.633.407,90
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	2.411.633.408,13
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	230.331,65
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	836.577,00
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	256.897,82
19220632	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-MUL.JUR.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	18.567,10
Total			39.889.706.419,56

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2024

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13210302	REMUN.SALDOS RECUR.NAO-DESEMBOLSADOS-MUL.JUR.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	500.700.758,92
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	793.798.737,35
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	84.527.294,66
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	1.580.636.369,01
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	9.075.104.351,10
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	5.096.060.692,94
23110601	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONTRATUAIS-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	2.142.336,72
13410241	ROYAL.PETRO.PLAT.-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	739.421.248,23
13410341	ROY.EXC.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	1.478.842.737,67
13410441	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	441.740.873,45
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	5.725.710.493,37
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	1.309.380,63
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	793.798.737,35
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	84.527.294,66
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	1.580.636.369,01
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	9.075.104.351,10
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	12.815,89
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	5.096.060.692,65
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	118.147,33
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	4.267.419,07
13210101	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	050 - RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	3.727.845.140,51
Total			45.882.366.241,62

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

Receita Realizada – FS 2025

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13210302	REMUN.SALDOS RECUR.NAO-DESEMBOLSADOS-MUL.JUR.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	419.251.276,94
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	364.154.205,51
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	41.297.563,47
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	725.910.813,88
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	4.042.931.977,07
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	3.016.823.839,71
19220641	RESTIT.DESP.FINANCEIRAS EX.ANTERIORES-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	1.589.777.513,84
23110601	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONTRATUAIS-PRINC.	042 - CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	204.801.073,67
13210302	REMUN.SALDOS RECUR.NAO-DESEMBOLSADOS-MUL.JUR.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	126.476.051,12
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	322.740.617,53
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	38.725.821,70
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	643.083.666,92
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	3.392.951.604,41
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	4.628.461.326,52
16410101	RETORNO DE OP.,JUR.E ENC.FINANCEIROS-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	366.892.374,43
19440602	MUL.JUR.MORA AMORT.EMPRES.T.CONTRAT.-MUL.JUR.	147- DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	594.752,20
23110601	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONTRATUAIS-PRINC.	147 - DESTINACOES DO FUNDO SOCIAL - FS	619.724.954,54
13410241	ROYAL.PETRO.PLAT.-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	346.192.158,71
13410341	ROY.EXC.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	692.384.317,32
13410441	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.A PARTIR 3/12/12-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	129.985.917,93
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	3.316.966.169,70
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	008 - EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	588.451,08
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	358.600.686,15
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	43.028.690,78
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	714.537.407,69
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	3.769.946.227,13
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	(127,44)
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	5.142.734.806,88
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	624.195,64
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	149 - FS-REC.ED.PUB.,SUP.,PROF.,CIENT.,TEC.E SAUDE	93.190,11
13410221	ROY.PETRO.PLAT-COM.ANTES 3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	404.615.783,90

Natureza da Receita	Nome da Natureza da Receita	Fonte Recursos	Valor
13410311	ROYAL.EXCED.PROD.PETRO.TERRA(QQ SIT.)-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	45.886.181,64
13410321	ROY.EXC.PETRO.PLAT-CM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	806.567.570,98
13410421	P.ESP.PETRO.PLAT-COM.ANT.3/12/12-P.SAL-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	4.492.146.641,19
13430241	ROY.PETR.PLAT.-PARTILHA-COM.A P.3/12/12-PRINC	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	11.059,43
15110211	COM.PETRO,GAS NAT.E OUTROS-CONTR.PART.-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	3.352.026.488,74
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	9.476,72
19220631	RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	014 - REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	240.391,08
13210111	REMUNERACAO DE DEP.BANCARIOS-GERAL-PRINC.	050 - RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	5.187.339.178,49
Total			49.349.124.297,31

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

ANEXO II – EXECUÇÃO DA DESPESA DO FUNDO SOCIAL POR ANO E POR ÓRGÃO/ANO*

Execução orçamentária e financeira FS – 2025

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA/MINISTÉRIO DAS CIDADES	CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	17.370.038.730,00	17.370.038.730,00	9.650.000.000,00	0,00	9.650.000.000,00
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA/MINISTÉRIO DAS CIDADES	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	8.298.585.653,00	8.298.579.118,90	2.007.821.719,17	0,00	2.007.821.719,17
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	9.161.642.186,00	9.157.492.819,59	7.501.933.944,55	894.595.751,07	8.396.529.695,62
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	19.056.114.857,00	19.056.114.855,36	17.746.872.458,28	2.952.802.571,76	20.699.675.030,04
MINISTÉRIO DA SAÚDE	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	2.200.000.000,00	2.200.000.000,00	2.200.000.000,00	0,00	2.200.000.000,00
TOTAL		56.086.381.426,00	56.082.225.523,85	39.106.628.122,00	3.847.398.322,83	42.954.026.444,83

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS – 2024

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	17.048.507.727,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA FAZENDA	CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL	20.000.000.000,00	20.000.000.000,00	20.000.000.000,00	0,00	20.000.000.000,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	4.668.459.483,00	4.662.750.351,21	3.866.032.757,74	299.314.342,61	4.165.347.100,35
MINISTERIO DA EDUCACAO	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	15.933.935.354,00	15.933.935.352,40	12.982.193.483,59	2.828.490.773,85	15.810.684.257,44
TOTAL		57.710.902.564,00	40.596.685.703,61	36.848.226.241,33	3.127.805.116,46	39.976.031.357,79

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS – 2023

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	17.631.428.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	3.820.339.833,00	3.816.151.413,03	3.590.317.336,02	986.616.685,77	4.576.934.021,79
MINISTERIO DA EDUCACAO	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	13.686.043.608,00	13.686.043.608,00	10.885.374.667,28	2.565.764.219,65	13.451.138.886,93
TOTAL		35.137.812.001,00	17.502.195.021,03	14.475.692.003,30	3.552.380.905,42	18.028.072.908,72

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS – 2022

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	15.255.142.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.475.701.682,00	1.475.701.682,00	1.475.701.682,00	0,00	1.475.701.682,00
MINISTERIO DA FAZENDA	COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	11.496.258.195,00	11.496.258.195,00	11.496.258.195,00	0,00	11.496.258.195,00
MINISTERIO DA FAZENDA	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	1.493.147.784,00	1.493.147.784,00	1.493.147.784,00	0,00	1.493.147.784,00
MINISTERIO DA FAZENDA	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	576.392.314,00	576.392.314,00	576.392.314,00	0,00	576.392.314,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	17.213.118.612,00	17.214.571.428,66	14.103.477.271,57	641.765.400,05	14.745.242.671,62
TOTAL		47.509.760.591,00	32.256.071.403,66	29.144.977.246,57	641.765.400,05	29.786.742.646,62

Execução orçamentária e financeira FS - 2021

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS; RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	8.685.345.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA FAZENDA	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	3.267.075.209,00	3.267.075.209,00	3.267.075.209,00	0,00	3.267.075.209,00
MINISTERIO DA FAZENDA	COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	35.043.021.742,00	35.043.021.742,00	35.043.021.742,00	0,00	35.043.021.742,00
MINISTERIO DA FAZENDA	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	9.642.407.874,00	9.642.407.874,00	9.642.407.874,00	0,00	9.642.407.874,00
MINISTERIO DA FAZENDA	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	1.311.887.034,00	1.311.887.034,00	1.311.887.034,00	0,00	1.311.887.034,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	8.259.138.894,00	8.209.133.425,82	7.530.193.606,95	2.546.213.691,64	10.076.407.298,59
TOTAL		66.208.876.297,00	57.473.525.284,82	56.794.585.465,95	2.546.213.691,64	59.340.799.157,59

Execução orçamentária e financeira FS - 2020

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	10.335.429.859,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	8.729.657.608,00	8.029.403.109,72	5.335.696.874,76	1.509.972.884,05	6.845.669.758,81
TOTAL		19.065.087.467,00	8.029.403.109,72	5.335.696.874,76	1.509.972.884,05	6.845.669.758,81

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2019

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	11.262.798.193,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	9.983.656.167,00	9.928.290.569,67	8.037.552.738,95	1.063.183.304,51	9.100.736.043,46
TOTAL		21.246.454.360,00	9.928.290.569,67	8.037.552.738,95	1.063.183.304,51	9.100.736.043,46

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2018

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	6.644.177.589,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.058.692.481,00	5.942.571.509,43	4.646.318.633,60	581.278.416,31	5.227.597.049,91
TOTAL		12.702.870.070,00	5.942.571.509,43	4.646.318.633,60	581.278.416,31	5.227.597.049,91

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2017

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS CAPITALIZACAO DO FUNDO SOCIAL; RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	4.718.008.026,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL. E SAUDE	2.934.905.611,00	2.805.352.312,41	2.094.228.369,84	179.964.307,46	2.274.192.677,30
TOTAL		7.652.913.637,00	2.805.352.312,41	2.094.228.369,84	179.964.307,46	2.274.192.677,30

Execução orçamentária e financeira FS - 2016

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.725.951.363,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	4.200.457.340,00	2.626.351.148,72	2.446.866.141,46	214.561.079,87	2.661.427.221,33
TOTAL		8.926.408.703,00	2.626.351.148,72	2.446.866.141,46	214.561.079,87	2.661.427.221,33

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2015

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	6.987.605.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.647.369.732,00	1.905.115.924,62	1.752.769.003,94	138.375.664,31	1.891.144.668,25
TOTAL		13.634.975.270,00	1.905.115.924,62	1.752.769.003,94	138.375.664,31	1.891.144.668,25

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2014

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	6.715.717.576,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	3.195.330.850,00	1.511.484.815,12	1.006.238.267,44	0,00	1.006.238.267,44
TOTAL		9.911.048.426,00	1.511.484.815,12	1.006.238.267,44	0,00	1.006.238.267,44

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2013

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	1.440.972.391,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.440.972.391,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: STN/MF; SIOP/MPO.

Execução orçamentária e financeira FS - 2012

ÓRGÃO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR - RAP PAGOS NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO + RAP)
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS NO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	513.489.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		513.489.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: STN/MF E SIOP/MPO.

* Elaboração das tabelas: Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo Social.

Anexo III - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO SOCIAL POR ANO E FONTE

R\$ MIL

ANO	FONTE 08	FONTE 014	FONTE 42	FONTE 45	FONTE 50	FONTE 76	FONTE 80	FONTE 86	FONTE 147	TOTAL
2012	0,0	0,0	0,0	435.830,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	435.830,2
2013	93.109,5	0,0	140.666,9	1.227.188,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.460.964,6
2014	63.900,8	0,0	1.623.771,8	1.227.188,2	0,0	0,0	353.702,6	0,0	0,0	3.268.563,4
2015	192.142,0	0,0	3.667.538,4	1.227.188,2	0,0	0,0	886.932,7	0,0	0,0	5.973.801,3
2016	-646.157,1	0,0	5.463.029,4	1.227.188,2	0,0	0,0	1.736.832,8	0,0	0,0	7.780.893,3
2017	818.219,9	0,0	9.725.272,1	1.227.188,2	0,0	0,0	2.824.436,9	0,0	0,0	14.595.117,1
2018	3.833.195,3	0,0	18.877.111,0	0,0	0,0	0,0	4.425.527,0	566.785,7	0,0	27.702.619,0
2019	3.588.192,6	0,0	27.810.886,2	0,0	0,0	0,0	6.848.734,2	966.622,2	0,0	39.214.435,2
2020	3.267.075,2	0,0	35.043.021,7	0,0	0,0	0,0	9.642.407,9	1.311.887,0	0,0	49.264.391,8
2021	3.919.647,9	0,0	11.496.258,4	0,0	0,0	0,0	1.493.147,8	576.392,3	0,0	17.485.446,4
2022	4.187.906,5	0,0	16.415.805,9	0,0	0,0	0,0	1.627.526,6	2.297.128,9	0,0	24.528.367,9
2023	0,0	5.589.346,7	33.750.189,2	0,0	4.397.212,7	0,0	0,0	0,0	0,0	43.736.748,6
2024	0,0	0,0	30.883.159,7	0,0	8.125.057,9	12,8	0,0	0,0	0,0	39.008.230,4
2025	0,0	0,0	23.918.069,3	0,0	5.013.817,9	23,7	0,0	0,0	10.139.651,2	39.071.562,1

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

ANEXO IV – FUNDO SOCIAL – EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ANO	FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR PAGOS - RAP	PAGAMENTO TOTAL (EXERCÍCIO + RAP)
2012	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	3.195.330.850,00	1.511.484.815,12	1.006.238.267,44	0,00	1.006.238.267,44
2015	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.647.369.732,00	1.905.115.924,62	1.752.769.003,94	138.375.664,31	1.891.144.668,25
2016	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	4.200.457.340,00	2.626.351.148,72	2.446.866.141,46	214.561.079,87	2.661.427.221,33
2017	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	2.934.905.611,00	2.805.352.312,41	2.094.228.369,84	179.964.307,46	2.274.192.677,30
2018	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	6.058.692.481,00	5.942.571.509,43	4.646.318.633,60	581.278.416,31	5.227.597.049,91
2019	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	9.983.656.167,00	9.928.290.569,67	8.037.552.738,95	1.063.183.304,51	9.100.736.043,46
2020	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	8.729.657.608,00	8.029.403.109,72	5.335.696.874,76	1.509.972.884,05	6.845.669.758,81
2021	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	8.259.138.894,00	8.209.133.425,82	7.530.193.606,95	2.546.213.691,64	10.076.407.298,59
2022	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	17.213.118.612,00	17.214.571.428,66	14.103.477.271,57	641.765.400,05	14.745.242.671,62
2023	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	3.820.339.833,00	3.816.151.413,03	3.590.317.336,02	986.616.685,77	4.576.934.021,79
2023	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	13.686.043.608,00	13.686.043.608,00	10.885.374.667,28	2.565.764.219,65	13.451.138.886,93
2024	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	4.668.459.483,00	4.662.750.351,21	3.866.032.757,74	299.314.342,61	4.165.347.100,35
2024	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	15.933.935.354,00	15.933.935.352,40	12.982.193.483,59	2.828.490.773,85	15.810.684.257,44
2025	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	9.161.642.186,00	9.157.492.819,59	7.501.933.944,55	894.595.751,07	8.396.529.695,62
2025	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	19.056.114.857,00	19.056.114.855,36	17.746.872.458,28	2.952.802.571,76	20.699.675.030,04
TOTAL		133.548.862.616,00	124.484.762.643,76	103.526.065.555,97	17.402.899.092,91	120.928.964.648,88

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

ANEXO V - RECURSOS DO FUNDO SOCIAL PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - MF

ÓRGÃO EXECUTOR	FONTE DE RECURSOS	2022	2021	TOTAL PAGO
		VALOR PAGO	VALOR PAGO	
MINISTÉRIO DA FAZENDA	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.475.701.682,00	3.267.075.209,00	4.742.776.891,00
	FUNDO SOCIAL(CAPITALIZACAO)	10.221.512.630,00	35.043.021.742,00	45.264.534.372,00
	RECURSO FINANC.DIRET.ARRECADADAS/FUNDO SOCIAL	1.493.147.784,00	9.642.407.874,00	11.135.555.658,00
	RECURSOS DO FUNDO SOCIAL	576.392.314,00	1.311.887.034,00	1.888.279.348,00
	FUNDO SOCIAL/PR	1.274.745.565,00	0,00	1.274.745.565,00
	FUNDO SOCIAL(CAPITALIZACAO)-ACAO CAUTELAR STF	254,00	0,00	254,00
TOTAL		15.041.500.229,00	49.264.391.859,00	64.305.892.088,00

Fonte: STN/MF. Elaboração: Secretaria Executiva do CDFS.

ANEXO VI – RECURSOS DO FUNDO SOCIAL – ENFRENTAMENTO DAS CALAMIDADES

ANO	ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		FONTE DE RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2024	MINISTERIO DA FAZENDA	00WH	FINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES PARA APOIAR AÇÕES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DE EMFRENTAMENTO DE CONSEQUENCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CALAMIDADES PÚBLICAS	CALAMIDADE PUBLICA - MEDIDA PROVISORIA N. 1.233, DE 17 DE JUNHO DE 2024	15.000.000.000,00	15.000.000.000,00	15.000.000.000,00
2024	MINISTERIO DA FAZENDA	00WH	FINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES PARA APOIAR AÇÕES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DE EMFRENTAMENTO DE CONSEQUENCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CALAMIDADES PÚBLICAS	CALAMIDADE PUBLICA - MEDIDA PROVISORIA N. 1.269, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
TOTAL					20.000.000.000,00	20.000.000.000,00	20.000.000.000,00

FONTE: STN/MF. ELABORAÇÃO: SECRETARIA EXECUTIVA DO CDFS.

Relatório Circunstanciado FUNDO SOCIAL

Faixa 3 (MCMV) e Reforma Casa Brasil

GEFUS – GN Adm Fundos Garantidores e Sociais

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Dez/2025

Sumário

Introdução	3
Financiamento da Faixa 3 com Recursos do Fundo Social	3
Financiamento do Reforma Casa Brasil com Recursos do Fundo Social.....	4
Atores Institucionais	5
Marco Normativo e Regulatório.....	6
Execução Orçamentária de 2025.....	6
Quadro 1 – Execução Orçamentária.....	7
Quadro 2 – Restos a pagar (RAP)	8
Execução Operacional do Fundo Social	8
Quadro 3 - Execução Financeira AF - 2025.....	9
Quadro 4 - Execução operacional AF – 2025	9
Evolução das aplicações do Fundo Social em financiamento de operações de crédito reembolsável	10
Quadro 5 - Parâmetros das aplicações – 2025.....	10
Quadro 6 - Aplicado - PMCMV - Faixa 3.....	11
Quadro 7 - Aplicado - Reforma Casa Brasil.....	11
Quadro 8 - Aplicado - Fundo Social	12
Quadro 9 - Movimentação Mensal da Conta Gráfica	12
Análise de Riscos e Controles.....	13
Impacto Social e Resultados Esperados	14
Considerações Finais	14

Introdução

O Ministério das Cidades, por meio das Portarias MCID nº 470/2025 e nº 474/2025, regulamentou a aplicação dos recursos do Fundo Social (FS) destinados à linha de provisão financiada de unidades habitacionais para beneficiários da Faixa Urbano 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e, por meio das Portarias MCID nº 1.177/2025 e nº 1.192/2025, regulamentou a aplicação dos recursos do Fundo Social (FS) destinados à linha de crédito de melhoria habitacional Reforma Casa Brasil, também integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

A gestão operacional dos recursos direcionados para estas linhas de crédito do Fundo Social é realizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na atribuição de Gestor Operacional firmada junto ao MCID por meio dos contratos administrativo nº 08/2025 e nº 16/2025, atuando também na execução orçamentária, financeira e de registro contábil desses valores e no apoio operacional da execução das modalidades.

A aplicação dos recursos do Fundo Social nas operações de crédito aos mutuários enquadrados nas condições de cada modalidade do programa é exercida pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no papel de Agente Financeiro firmado junto ao MCID por meio dos contratos de financiamento para abertura de crédito nº 09/2025 e nº 17/2025.

Este relatório circunstanciado consolida as diretrizes normativas, os arranjos institucionais, as informações financeiras e de execução, os controles, os riscos e impactos sociais do uso dos recursos do Fundo Social em dois segmentos: (i) Faixa 3 do Programa Minha Casa Minha Vida; e (ii) do Reforma Casa Brasil.

Este documento atende ao exigido pelas Portarias MCID nº 474/2025 e MCID nº 1.192/2025, que determinam o envio, até 30 de abril de cada exercício, de relatório circunstanciado para compor a prestação de contas do Ministério das Cidades (MCID) ao Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), conforme os §§ 5º e 6º do art. 5º do Decreto nº 12.424/2025.

Financiamento da Faixa 3 com Recursos do Fundo Social

Os financiamentos das operações da Faixa 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), custeado com recursos do Fundo Social, deverão respeitar o limite de valor de venda ou investimento de até R\$ 350 mil para unidades novas e usadas.

A partir da publicação da Portaria MCID nº 399/2025, em 24/04/2025, os valores limites de renda admitido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para atendimento às

famílias da Faixa 3 residentes em áreas urbanas foi atualizada para renda bruta familiar mensal de até R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais).

A taxa de juros nominal final dos financiamentos com recursos do Fundo Social na Faixa 3 do PMCMV em 2025 foi de 8,13%, composta por uma taxa nominal de 4,88% ao ano, referente à remuneração do Fundo Social, acrescida de até 3,28% ao ano, a título de remuneração do Agente Financeiro.

Nos casos de financiamentos destinados a titulares de conta vinculada, com no mínimo três anos de trabalho sob regime do FGTS, a taxa de juros nominal sofre redução em 0,5 (cinco décimos) pontos percentuais ao ano, aplicada na taxa nominal referente à remuneração do Fundo Social.

O prazo máximo de amortização dos contratos realizados no exercício foi de 420 meses (35 anos).

As operações de financiamento do exercício adotaram sistema de amortização livremente pactuado entre o Gestor Operacional e o Agente Financeiro, e entre este último e seus respectivos mutuários.

O Agente Financeiro ofereceu aos mutuários duas opções de sistemas de amortização: o Sistema de Amortização Constante - SAC e o Sistema Francês de Amortização - Tabela Price.

Os contratos de financiamento previram atualização mensal pela Taxa Referencial - TR, definida com base na Resolução nº 4.624, de 18 de janeiro de 2018, do Banco Central do Brasil - BACEN.

As propostas podem passar por processo de hierarquização e seleção, observando critérios técnicos e operacionais, bem como a disponibilidade de recursos e prioridades definidas pelo Ministério das Cidades.

Financiamento do Reforma Casa Brasil com Recursos do Fundo Social

O Reforma Casa Brasil, vinculado ao PMCMV e operado com recursos do Fundo Social em suas Faixas I e II, tem por finalidade financiar melhorias habitacionais em unidades existentes, visando adequação sanitária, estrutural e de habitabilidade.

Os valores limites de renda bruta familiar admitido pelo Reforma Casa Brasil para atendimento às famílias da Faixa Reforma 1 é de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) e para atendimento às famílias da Faixa Reforma 2 de R\$ 3.200,01 (três mil e duzentos reais e um centavo) até R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

A operação de financiamento observa o limite mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

A taxa de juros nominal final ao mutuário é de 1,17% (um inteiro e dezessete por cento) ao mês para a Faixa Reforma 1, e de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao mês para Faixa Reforma 2.

Compõe as taxas nominais finais do mutuário encargos financeiros de 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao mês, a título de remuneração ao Fundo Social.

O prazo máximo de amortização dos contratos realizados no exercício foi de 60 meses (5 anos) e não há previsão infralegal de atualização monetária do saldo devedor.

O mutuário deve executar a melhoria conforme o projeto aprovado, permitir vistorias e cumprir integralmente as cláusulas contratuais.

A responsabilidade pela correta utilização dos recursos e pelo atendimento das exigências regulamentares é destacada na regulamentação.

Assim como na Faixa 3, as propostas podem passar por processo de hierarquização e seleção, observando critérios técnicos e operacionais, bem como a disponibilidade de recursos e prioridades definidas pelo Ministério das Cidades.

O fluxo de informações assegura transparência na gestão dos recursos do Fundo Social.

Atores Institucionais

Os atores institucionais do Fundo Social são:

- **Ministério das Cidades (MCID):** diretrizes, regulamentação das linhas com recursos do FS e disponibilização dos recursos do Fundo Social à Unidade Gestora operada pelo Gestor Operacional.
- **Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS):** administração do Fundo Social, aprovação e publicação do plano anual de aplicação de recursos do FS e do relatório anual do fundo.
- **Gestor Operacional:** instituição financeira oficial federal contratada para a gestão, repasse e aplicação dos recursos, e o envio de informações e de relatórios do fundo.
- **Agente Financeiro:** tomador dos empréstimos do Fundo Social para aplicação em operações de financiamento junto aos mutuários finais.
- **Mutuários ou Beneficiários:** famílias dentro dos critérios de renda e elegibilidade que contratarem com os recursos do Fundo Social junto ao Agente Financeiro.

Marco Normativo e Regulatório

- **Leis/Decretos:**
 - Decreto 12.424/2025
 - Lei nº 12.351/2010
 - Lei nº 14.620/2023
 - Lei nº 15.121/2025
 - Lei nº 15.164/2025

- **Portarias/Resoluções:**
 - Portaria MCID nº 399/2025
 - Portaria MCID nº 470/2025
 - Portaria MCID nº 474/2025
 - Portaria MCID nº 1.067/2025
 - Portaria MCID nº 1.177/2025
 - Portaria MCID nº 1.192/2025
 - Portaria MCID nº 1.228/2025
 - Resolução CDFS nº 01/2025
 - Resolução CDFS nº 02/2025
 - Resolução CDFS nº 03/2025
 - Resolução CDFS nº 05/2025
 - Resolução CDFS nº 06/2025
 - Resolução CMN nº 4.676/2018
 - Resolução CMN nº 5.209/2025
 - Resolução CMN nº 5.254/2025

Execução Orçamentária de 2025

O orçamento de 2025 do Fundo Social para ação 00XF- Financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida foi de R\$ 25.668.624.383,00, dos quais R\$ 14.841.559.996,00 foram empenhados para aplicação em operações de financiamento da Faixa 3 do MCMV e R\$ 10.648.624.383,00 foram empenhados para aplicação em operações de financiamento do Reforma Casa Brasil.

Ainda foram empenhados R\$ 158.440.004,00 para a remuneração do Gestor Operacional do PMCMV – Faixa 3, nos termos do Contrato Administrativo nº 08/2025, e R\$ 20.000.000,00 foram empenhados para a remuneração do Gestor Operacional do Reforma Casa Brasil, nos termos do Contrato Administrativo nº 16/2025.

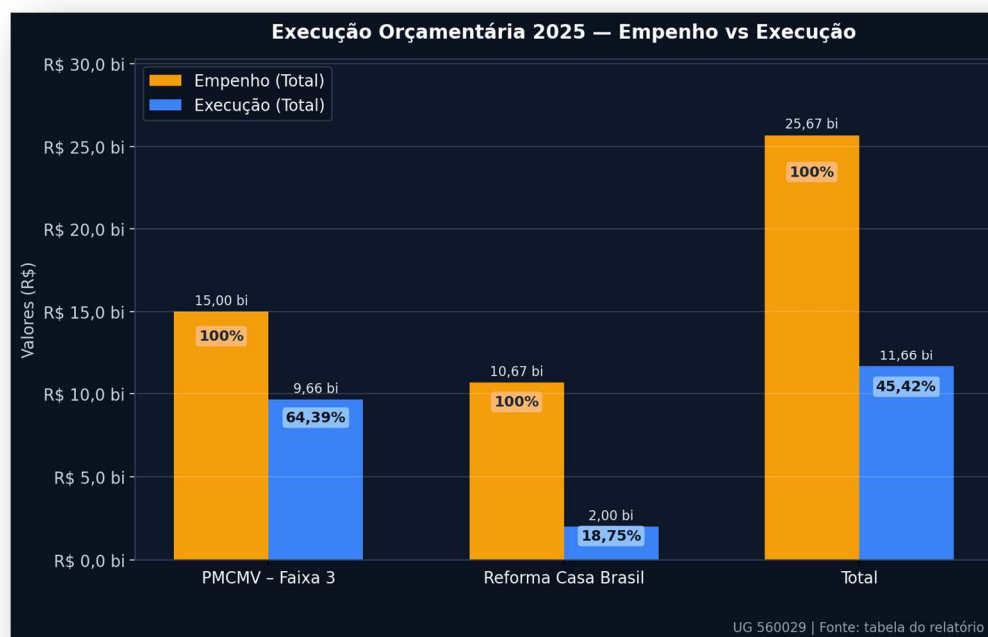
Ao longo de 2025 foram executados R\$ 11.657.821.719,17 do orçamento previsto para o exercício, representando 45,42% de execução orçamentária.

Quadro 1 – Execução Orçamentária

Execução Orçamentária 2025 - UG 560029	PMCMV - Faixa 3	Reforma Casa Brasil	Total
Orçamento 2025 - Ação 00XF	15.000.000.000,00	10.668.624.383,00	25.668.624.383,00
Empenho - Operações reembolsáveis	14.841.559.996,00	10.648.624.383,00	25.490.184.379,00
Execução - Operações reembolsáveis	9.650.000.000,00	2.000.000.000,00	11.650.000.000,00
Empenho - Remuneração do Gestor Operacional	158.440.004,00	20.000.000,00	178.440.004,00
Execução - Remuneração do Gestor Operacional	7.821.719,17	0,00	7.821.719,17
Execução Orçamentária - Total	9.657.821.719,17	2.000.000.000,00	11.657.821.719,17

Diante da execução de 45,42% do orçamento empenhado em 2025, o montante de R\$ 14,01 bilhões foi inscrito em Restos a Pagar (RAP) para o exercício de 2026.

Os Restos a Pagar correspondem às despesas que foram empenhadas, mas que não tiveram o pagamento efetuado até 31 de dezembro, do respectivo ano-calendário, e quando isso ocorre, o valor é transferido para o exercício seguinte por meio da inscrição em Restos a Pagar (RAP).



Quadro 2 – Restos a pagar (RAP)

Execução Orçamentária 2025 - UG 560029	PMCMV - FAIXA 3	REFORMA CASA BRASIL	Total
RAP - Remuneração do Gestor Operacional	150.618.284,83	20.000.000,00	170.618.284,83
RAP - Operações reembolsáveis	5.191.559.996,00	8.648.624.383,00	13.840.184.379,00
RESTOS A PAGAR EM 2026	5.342.178.280,83	8.668.624.383,00	14.010.802.663,83

Execução Operacional do Fundo Social

No âmbito da aplicação de recursos do Fundo Social, cuja finalidade seja a disponibilização de linhas de financiamento para a habitação de interesse social, o fluxo das operações inicia-se com a publicação pelo Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, do Plano Anual de Aplicação e a autorização da descentralização orçamentária das dotações consignadas à Unidade Orçamentária do Fundo Social.

Considerado o interesse recíproco, as suas competências e as finalidades do Fundo Social, os recursos do fundo direcionados à habitação são descentralizados para execução do Ministério das Cidades, gestora dos programas habitacionais.

A CAIXA foi contratada para a gestão operacional dos recursos e apoio operacional na execução dos programas habitacionais com recursos do Fundo Social.

As solicitações de recursos são submetidas ao Gestor Operacional pelo Agente Financeiro fundamentadas em estimativas quanto ao valor das contratações de operações de crédito com mutuários.

O Gestor Operacional realiza as operações de desembolso ao Agente Financeiro por meio da Unidade Gestora do Fundo Social no Ministério das Cidades. Os valores desembolsados são registrados em contratos de empréstimos que evoluem conforme parâmetros estipulados pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.

O Agente Financeiro assume integralmente todos os riscos provenientes das operações firmadas junto aos mutuários, tais como riscos de crédito ou riscos operacionais, tornando-se, a partir do recebimento dos recursos repassados, devedora de financiamento de operação de crédito reembolsável perante o Fundo Social e obrigada a restituir os recursos recebidos conforme parâmetros estabelecidos.

As operações de crédito reembolsável entre o Fundo Social e o Agente Financeiro CAIXA iniciaram-se em 11/06/2025, no que se refere à modalidade de aquisição do PMCMV Faixa 3, e em 03/11/2025, no que se refere à modalidade de financiamento para melhorias habitacionais, no âmbito do Reforma Casa Brasil.

Ao longo do exercício de 2025, dos R\$ 9.650.000.000,00 desembolsados ao Agente Financeiro para o PMCMV – Faixa 3, foram executados R\$ 8.820.678.031,31, equivalentes a 91% do valor desembolsado.

Dos R\$ 2.000.000.000,00 desembolsados para o Reforma Casa Brasil, foram executados R\$ 587.778.413,74, equivalentes a 29% do valor desembolsado.

Desta forma, R\$ 2.241.543.554,95 foram realocados para contratações de financiamentos no exercício de 2026, sendo R\$ 829.321.968,69 para o PMCMV – Faixa 3 e R\$ 1.412.221.586,26 para o Reforma Casa Brasil.

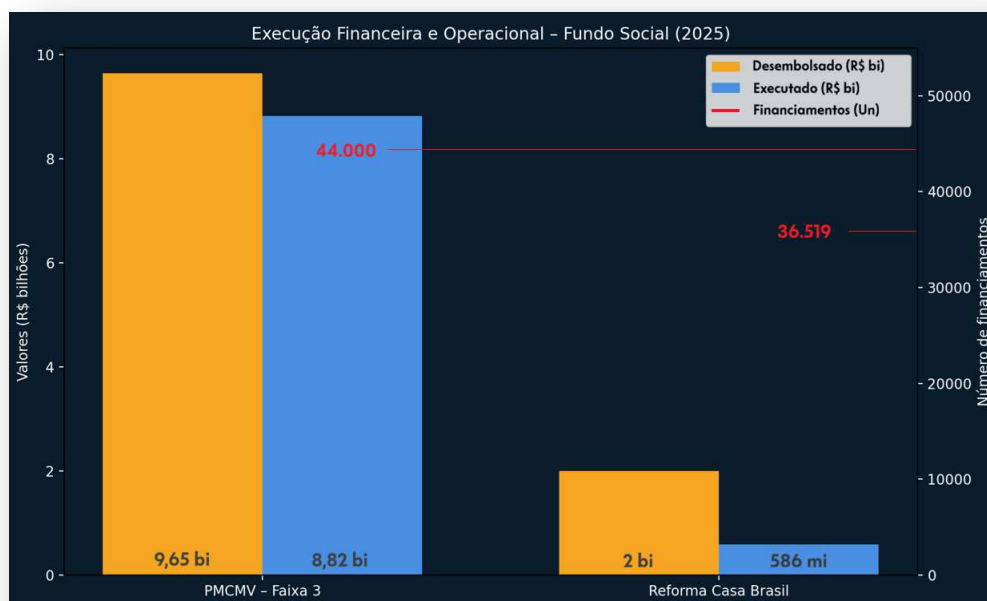
Quadro 3 - Execução Financeira AF - 2025

MODALIDADE	DESEMBOLSADO - 2025	EXECUTADO AF - 2025	REALOCADO PARA 2026
REFORMA CASA BRASIL	2.000.000.000,00	587.778.413,74	1.412.221.586,26
PMCMV - FAIXA 3	9.650.000.000,00	8.820.678.031,31	829.321.968,69
TOTAL EXECUTADO 2025	11.650.000.000,00	9.408.456.445,05	2.241.543.554,95

O valor financeiro executado pelo Agente Financeiro em 2025 originou a contratação de 44 mil operações de financiamento para aquisição de imóveis novos ou usados no PMCMV – Faixa 3 e de 36.519 operações de financiamento para melhoria habitacional no âmbito do Reforma Casa Brasil.

Quadro 4 - Execução operacional AF – 2025

MODALIDADE	VALOR EXECUTADO	NÚMERO DE FINANCIAMENTOS
REFORMA CASA BRASIL - FAIXA I	422.556.273,35	28.291
REFORMA CASA BRASIL - FAIXA II	165.222.140,39	8.228
PMCMV - FAIXA 3	8.820.678.031,31	44.000
TOTAL DE FINANCIAMENTOS - FS	9.408.456.445,05	80.519



Evolução das aplicações do Fundo Social em financiamento de operações de crédito reembolsável

Ao longo de 2025 o Fundo Social aplicou R\$ 11,65 bilhões em financiamento de operações de crédito reembolsáveis, conforme parâmetros demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 5 - Parâmetros das aplicações – 2025

Modalidade	Taxa de Juros	Sistema de amortização	Prazo (meses)	Correção Monetária (TR)	APLICADO - 2025
Reforma Casa Brasil	0,17% a.m. / 2,04% a.a.	PRICE	60	Não	2.000.000.000,00
FAIXA 3 - Cotista	4,38% aa	PRICE	420	Sim	6.460.000.000,00
FAIXA 3 - Cotista	4,38% aa	SAC	420	Sim	800.000.000,00
FAIXA 3 - Não cotista	4,88% aa	PRICE	420	Sim	2.120.000.000,00
FAIXA 3 - Não cotista	4,88% aa	SAC	420	Sim	270.000.000,00

As aplicações do Fundo Social no PMCMV – Faixa 3 foram de R\$ 9,65 bilhões. Ao longo do exercício, o saldo devedor dos empréstimos do Agente Financeiro incorporou atualização monetária no montante de R\$ 59.150.095,47.

As obrigações contratuais mensais do Agente Financeiro geraram retorno ao Fundo Social de R\$ 171.582.333,56, sendo R\$ 42.355.147,23 referentes à amortização do saldo devedor dos empréstimos e R\$ 129.227.186,33 ao pagamento de juros contratuais remuneratórios.

Ao final de 2025 o saldo das aplicações no PMCMV – Faixa 3, corrigido pela Taxa Referencial (TR) e descontados os retornos do investimento principal, totalizava **R\$ 9.666.794.948,24**.

Quadro 6 - Aplicado - PMCMV - Faixa 3

POSICÃO	APLICAÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA (TR)	JUROS CONTRATUAIS	AMORTIZAÇÃO	SALDO ATUALIZADO
30/06/2025	900.000.000,00	917.148,51	1.128.092,87	-	900.917.148,51
31/07/2025	1.750.000.000,00	3.251.475,79	3.656.666,25	3.002.253,78	2.651.166.370,52
31/08/2025	1.340.000.000,00	6.852.701,51	18.003.616,29	4.536.544,98	3.993.482.527,05
30/09/2025	1.460.000.000,00	8.717.783,33	24.792.653,47	6.233.239,73	5.455.967.070,65
31/10/2025	1.450.000.000,00	11.373.962,72	22.522.688,95	7.917.226,70	6.909.423.806,67
30/11/2025	1.400.000.000,00	13.258.002,31	27.384.368,77	9.503.541,25	8.313.178.267,73
31/12/2025	1.350.000.000,00	14.779.021,30	31.739.099,73	11.162.340,79	9.666.794.948,24
TOTAL 2025	9.650.000.000,00	59.150.095,47	129.227.186,33	42.355.147,23	9.666.794.948,24

As aplicações do Fundo Social no Reforma Casa Brasil foram de R\$ 2 bilhões.

Para essa operação não há atualização monetária do saldo devedor do empréstimo do Agente Financeiro, apenas juros remuneratórios.

As obrigações contratuais mensais do Agente Financeiro geraram retorno ao Fundo Social de R\$ 34.523.862,45, sendo R\$ 31.690.529,11 referentes à amortização do saldo devedor dos empréstimos e R\$ 2.833.333,34 ao pagamento de juros contratuais remuneratórios.

Ao final de 2025, o saldo das aplicações no Reforma Casa Brasil, descontados os retornos do capital principal investido, totalizava **R\$ 1.968.309.470,89**.

Quadro 7 - Aplicado - Reforma Casa Brasil

POSICÃO	APLICAÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA (TR)	JUROS CONTRATUAIS	AMORTIZAÇÃO	SALDO ATUALIZADO
30/11/2025	1.000.000.000,00	-	963.333,34	-	1.000.000.000,00
31/12/2025	1.000.000.000,00	-	1.870.000,00	31.690.529,11	1.968.309.470,89
TOTAL 2025	2.000.000.000,00	-	2.833.333,34	31.690.529,11	1.968.309.470,89

As aplicações consolidadas em 2025 dos recursos do Fundo Social em Financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do MCMV totalizaram R\$ 11.650.000.000,00, incorporam ao saldo R\$ 59.150.095,47 a título de correção monetária, renderam R\$ 132.060.519,67 em recebimento de juros remuneratórios e retornaram R\$ 74.045.676,34 do recurso principal investido.

O saldo total das aplicações em 31/12/2025 totalizava **R\$ 11.635.104.419,13**.

Quadro 8 - Aplicado - Fundo Social

POSICÃO	APLICAÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA (TR)	JUROS CONTRATUAIS	AMORTIZAÇÃO	SALDO ATUALIZADO
2025	11.650.000.000,00	59.150.095,47	132.060.519,67	74.045.676,34	11.635.104.419,13

O encargo mensal, composto pela cota de amortização e pelos juros contratuais, é cobrado mensalmente pelo Gestor Operacional ao Agente Financeiro em prestações mensais, calculadas em função do valor da dívida e dos parâmetros contratuais apresentados no quadro 5, com vencimento no dia 20 de cada mês e cálculo mensal com periodicidade no intervalo do dia 21 ao dia 20 do mês da fatura.

Os valores decorrentes do retorno das prestações do Agente Financeiro, creditados na Conta Gráfica sob gestão do Gestor Operacional, são repassados ao Fundo Social até o 5º dia útil do mês subsequente, com atualização SELIC desde o crédito na Conta Gráfica até o efetivo envio ao Fundo Social.

O saldo da conta gráfica do Gestor Operacional em 31/12/2025 era de R\$ 76.448.731,21, referente a fatura cobrada do Agente Financeiro em 20/12/2025 do período de 21/11/2025 a 20/12/2025.

A remuneração do saldo disponível na conta gráfica é calculada e apropriada ao saldo da conta na conta no início do mês subsequente.

Desta forma, no exercício de 2025, foram repassados ao Fundo Social até o 5º dia útil do mês posterior todas as prestações creditadas no dia 20 de cada mês na Conta Gráfica sob gestão do Gestor Operacional, bem como a atualização monetária do valor pela SELIC.

Quadro 9 - Movimentação Mensal da Conta Gráfica

Mês	3 - RECEBIMENTO PREST AF CAIXA (+)	5 -TRANSFERENCIA PREST FS (-)	100 - Atualização Monetária (+)	7 - TRANSFERENCIA ATUA MONET AO FS (-)
Junho de 2025	1.068.614,90			
Junho de 2025	7.732.700,21	1.068.614,90	4.130,79	4.130,79
Agosto de 2025	17.026.332,08	7.732.700,21	40.845,31	40.845,31
Setembro de 2025	24.177.386,42	17.026.332,08	83.903,23	83.903,23
Outubro de 2025	30.432.059,50	24.177.386,42	122.071,92	122.071,92
Novembro de 2025	37.840.633,25	30.432.059,50	222.386,86	222.386,86
Dezembro de 2025	76.448.731,21	37.840.633,25	193.562,14	193.562,14
Janeiro de 2026		76.448.731,21	359.120,20	359.120,20
Total Geral	194.726.457,57	194.726.457,57	1.026.020,45	1.026.020,45

Ressaltamos que, do ponto de vista da cobrança das prestações do Agente Financeiro, disposto no quadro 9, o cálculo dos juros remuneratórios considera o período entre o dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês da cobrança.

Por outro lado, a posição das aplicações dos recursos dispostas nos quadros 6, 7 e 8 o cálculo dos juros remuneratórios é apresentado do dia 01 ao último dia do mês, razão pela qual o valor recolhido ao Fundo Social está menor do que a posição da aplicação no dia 31/12/2025, já que o cálculo das prestações pagas em 2025 ocorreu até o dia 20/12/2025.

Análise de Riscos e Controles

A aplicação dos recursos do Fundo Social nas operações de crédito reembolsável do PMCMV – Faixa 3 e do Programa Reforma Casa Brasil envolve riscos inerentes à natureza financeira, operacional e regulatória das operações.

Entre os principais riscos identificados, destacam-se:

- (i) riscos de elegibilidade, relacionados ao correto enquadramento dos mutuários às faixas de renda, às modalidades previstas e às condições regulamentares;
- (ii) riscos de inadimplência, associados ao não cumprimento das obrigações contratuais pelos mutuários finais, com reflexos indiretos sobre a capacidade de retorno dos recursos ao Fundo Social; e
- (iii) riscos contábil-operacionais, decorrentes do registro, controle, acompanhamento e conciliação das operações financeiras e dos fluxos de retorno dos recursos.

Tais riscos são mitigados por um conjunto estruturado de controles institucionais e operacionais, previstos no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO do Fundo Social e observados ao longo do exercício.

Destacam-se, nesse contexto: a utilização da Conta Gráfica específica do Fundo Social, que assegura a rastreabilidade e segregação dos recursos; os controles de conformidade documental e de elegibilidade, realizados pelo Agente Financeiro no momento da contratação; a aderência às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e às regulamentações expedidas pelo Ministério das Cidades; bem como o acompanhamento sistemático da execução orçamentária, financeira e operacional pelo Gestor Operacional.

Adicionalmente, o modelo prevê a prestação periódica de informações ao Ministério das Cidades e ao Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), bem como a realização de auditorias internas e independentes, que reforçam a transparência, a *accountability* e a confiabilidade das informações apresentadas, contribuindo para a adequada gestão dos riscos e para o fortalecimento da governança do Fundo Social.

Impacto Social e Resultados Esperados

A aplicação dos recursos do Fundo Social no âmbito do PMCMV – Faixa 3 e do Programa Reforma Casa Brasil apresenta relevante impacto social, ao ampliar o acesso ao crédito habitacional e promover a melhoria das condições de moradia da população atendida, em consonância com os objetivos legais e programáticos do Fundo.

No caso do PMCMV – Faixa 3, os financiamentos viabilizam o acesso à moradia formal para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 8.600,00, contribuindo para a redução do déficit habitacional urbano, o fortalecimento da política pública de habitação e o estímulo à cadeia produtiva da construção civil.

A execução operacional registrada em 2025, com a contratação de aproximadamente 44 mil financiamentos habitacionais, evidencia o alcance da política e seu potencial indutor de emprego, renda e desenvolvimento econômico local.

Quanto ao Programa Reforma Casa Brasil, os recursos do Fundo Social destinam-se à melhoria de unidades habitacionais existentes, com foco na adequação sanitária, estrutural, de segurança, salubridade e acessibilidade.

As 36.519 operações de financiamento realizadas em 2025 demonstram a capilaridade da política e seu impacto direto na melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, especialmente aquelas em situação de inadequação habitacional, além de gerar efeitos positivos sobre a economia local, por meio da contratação de mão de obra e aquisição de materiais de construção.

Os resultados esperados dessas aplicações incluem, entre outros: a ampliação do número de famílias beneficiadas com acesso ao crédito habitacional; o aumento do número de moradias adequadas; a redução de riscos sanitários e estruturais dos imóveis; e o fortalecimento da política habitacional como instrumento de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

O exercício de 2025 evidenciou a importância e a efetividade da aplicação dos recursos do Fundo Social no financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do

Programa Minha Casa, Minha Vida, tanto na modalidade Faixa 3 quanto no Programa Reforma Casa Brasil.

A execução orçamentária, financeira e operacional observada demonstra a aderência das operações às diretrizes normativas vigentes, bem como a capacidade institucional do Gestor Operacional e do Agente Financeiro em conduzir a política pública com eficiência, controle e transparência.

É o que temos a relatar.

GEFUS – Gerência Nacional Administração de Fundos Garantidores e Sociais